



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**  
**CONSELHO SUPERIOR**

**RESOLUÇÃO Nº 045, DE 31 DE AGOSTO DE 2012**

Estabelece os procedimentos para a concessão da Progressão por Capacitação Profissional aos servidores técnico-administrativos do IFCE, nos termos da Lei nº 11.091/05 c/c Decreto nº. 5.824/2006.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 11.892/2008 e pela Portaria de Nomeação nº 25/MEC, de 07/01/2009 (DOU 08/01/2009);

**Considerando** o que consta nos §§1º e 3º do art. 10 e no Anexo III da Lei nº. 11.091/2005, alterado pela Lei nº. 11.233/2005; no Anexo C do Ofício Circular nº 006/2005/MEC/SE/SAA/CGGP, de 30/03/2005; na Nota Técnica nº 004/2005/CGGP/SAA/MEC, de 09/06/05; e ainda com base no Decreto nº. 5.824/2006 e no Parecer nº 447/2009, da Procuradoria Jurídica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte,

**R E S O L V E**

**Art. 1º** Estabelecer os procedimentos para a concessão da progressão por capacitação profissional aos servidores ocupantes dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, pertencentes ao Quadro Permanente do IFCE, de acordo com os §§1º e 3º do art. 10 e com o Anexo III da Lei nº. 11.091/2005 c/c o Decreto nº. 5.824/2006.

**Art. 2º** Para concessão da progressão por capacitação profissional o servidor deverá protocolizar, no seu *campus* de lotação, requerimento acompanhado de Certificado de conclusão de curso de capacitação compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional em que esteja lotado e a carga horária mínima exigida, nos termos do quadro abaixo:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**  
**CONSELHO SUPERIOR**

<b>NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>NÍVEL DE CAPACITAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA DE CAPACITAÇÃO</b>
<b>A</b>	<b>I</b>	Exigência mínima do cargo
	<b>II</b>	20 horas
	<b>III</b>	40 horas
	<b>IV</b>	60 horas
<b>B</b>	<b>I</b>	Exigência mínima do cargo
	<b>II</b>	40 horas
	<b>III</b>	60 horas
	<b>IV</b>	90 horas
<b>C</b>	<b>I</b>	Exigência mínima do cargo
	<b>II</b>	60 horas
	<b>III</b>	90 horas
	<b>IV</b>	120 horas
<b>D</b>	<b>I</b>	Exigência mínima do cargo
	<b>II</b>	90 horas
	<b>III</b>	120 horas
	<b>IV</b>	150 horas
<b>E</b>	<b>I</b>	Exigência mínima do cargo
	<b>II</b>	120 horas
	<b>III</b>	150 horas
	<b>IV</b>	Aperfeiçoamento ou curso de capacitação superior a 180 horas

**Art. 3º** Respeitado, em qualquer hipótese, o interstício mínimo de 18 (dezoito) meses, a progressão por capacitação se dará para o nível de capacitação correspondente à carga horária constante no Certificado apresentado nos termos do artigo anterior, desde que o curso tenha sido realizado após o ingresso no cargo ocupado.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**  
**CONSELHO SUPERIOR**

§ 1º Será indeferido o requerimento cujo Certificado apresentado tenha sido anteriormente utilizado na concessão de progressão por capacitação profissional nos termos da Lei nº. 11.091/2005.

§ 2º Facultar-se-á aos servidores que obtiveram a última progressão por capacitação profissional com amparo na Lei n. 11.091/2005 e em desacordo com os procedimentos ora estabelecidos, protocolizar pedido de revisão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação da presente Resolução.

**Art. 4º** A progressão por capacitação profissional será concedida com efeitos financeiros contados da data de protocolo do requerimento do servidor, desde que atendidos os requisitos legais.

§ 1º Nos casos dos requerimentos formulados com amparo no § 2º do art. 3º da presente Resolução, os efeitos financeiros do reposicionamento do servidor serão contados da data do pedido de revisão, não cabendo pagamento de valores retroativos.

§ 2º A concessão de reposicionamento nos termos do § 2º do art. 3º não será considerada no cômputo do período aquisitivo para concessão de nova progressão por capacitação profissional.

**Art. 5º** Para implantação da progressão de que trata a presente Resolução será designada uma comissão formada por servidores do IFCE que realizará o trabalho de análise dos requerimentos e processamento dos dados, devendo apresentar relatório que servirá para elaboração do ato do Reitor de concessão das progressões.

**Art. 6º** Os requerimentos de progressão por capacitação profissional que se encontram pendentes de análise serão encaminhados para a comissão designada nos termos anterior e analisados nos termos dos procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

**Art. 7º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE**

**ANOTE-SE**

**CUMPRA-SE**

Cláudio Ricardo Gomes de Lima  
**Presidente do Conselho Superior**